

GOVERNOS NEOLIBERAIS E ENTIDADES SINDICAIS: REFLEXÕES SOBRE A POLÍTICA EDUCACIONAL E SUA RELAÇÃO COM OS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Henrique Lima da Rosa¹
Carine Daiana Bensfeld²

RESUMO

A carência de educadores no Brasil configura um desafio nacional, impulsionando a criação de diversas políticas voltadas a suprir essa demanda. No Rio Grande do Sul, destaca-se o programa “Professor do Amanhã”, que busca ampliar o número de docentes na rede pública, incentivando o ingresso em cursos de licenciatura. No contexto da formação acadêmica, é fundamental abordar as políticas públicas educacionais, especialmente sob a ótica das transformações advindas do neoliberalismo. Este estudo tem como objetivo evidenciar a importância das políticas públicas para a sociedade e a educação, ressaltando que as relações entre governos e governantes influenciam diretamente o rumo dessas políticas. Originado na disciplina “Políticas e Diretrizes Educacionais” da Universidade Franciscana (UFN), o trabalho discute a relação entre Estado, educação e políticas públicas, com ênfase no impacto do neoliberalismo na atuação docente e nos desafios atuais da educação. Nesse sentido, observa-se que governos de orientação neoliberal, ao privilegiarem a privatização e a redução do papel do Estado, impactam de forma significativa as políticas educacionais, os direitos dos educadores e as estruturas que sustentam a dimensão pública da educação. Esse cenário repercute diretamente nas relações entre governos neoliberais e entidades sindicais, revelando tensões que afetam as condições de trabalho dos profissionais da educação. Nesse contexto, as reformas neoliberais, ao priorizarem interesses de mercado, consolidam um movimento de fragilização dos direitos trabalhistas, de redução dos investimentos na educação pública e de desvalorização da categoria docente. O presente ensaio teórico analisa as implicações políticas e sociais dessas transformações recentes, fundamentando-se em análise documental e revisão de produções acadêmicas. Nesse sentido, busca-se ampliar o debate sobre a relação entre neoliberalismo, sindicalismo docente e política educacional, defendendo o fortalecimento das entidades sindicais e a valorização da educação pública.

Palavras-chave: Neoliberalismo; Sindicalismo Docente; Política Educacional.

INTRODUÇÃO

¹ Graduando do Curso de Matemática da Universidade Franciscana - RS, h.lima@ufn.edu.br;

² Professora do Curso de Pedagogia da Universidade Franciscana – RS, carine.binsfeld@ufn.edu.br;





Nos últimos anos, as políticas educacionais têm sido marcadas por diversas transformações que refletem a orientação política e econômica de governos. Entre essas transformações, destacam-se as influências de ideias neoliberais que redefine o papel do Estado, deslocando suas responsabilidades sociais pela lógica de mercado. No campo da educação, tais mudanças expressam um movimento de políticas públicas gerencialistas, redução de investimentos públicos e precarização do trabalho docente, o que impacta diretamente na qualidade e equidade da educação (OLIVEIRA, 2004; FREITAS, 2012).

Diante do atual contexto educacional brasileiro, observa-se uma preocupante carência de professores, o que tem impulsionado a criação de políticas e programas voltados ao incentivo da formação docente. Entre essas iniciativas, destacam-se o **Programa Professor do Amanhã**, desenvolvido pelo governo do Rio Grande do Sul, e o **Pé-de-Meia Licenciaturas**, promovido pelo Governo Federal, ambos com o objetivo de ampliar o ingresso e a permanência de estudantes nos cursos de licenciatura. Essas medidas buscam responder à iminência de um possível “apagão” de educadores no país, uma vez que a baixa atratividade da carreira docente se tornou um desafio nacional.

Esse cenário evidencia uma contradição presente nas políticas públicas voltadas à formação docente: ao mesmo tempo em que programas como o *Professor do Amanhã*, no Rio Grande do Sul, e o *Pé-de-Meia Licenciaturas*, do Governo Federal, buscam ampliar o ingresso e a permanência em cursos de licenciatura, persistem as condições estruturais de desvalorização da carreira docente. Como destaca o ANDES (2025, p. 1) “Estudantes não querem fazer licenciatura porque a licenciatura é desvalorizada, o magistério é desvalorizado. Essa bolsa, assim como o restante do programa, não é uma valorização da profissão. Não há uma valorização do salário, da carreira, das condições de trabalho.”

Essa observação revela que as ações governamentais, embora importantes no curto prazo, não enfrentam as causas profundas da crise de atratividade do magistério, que se relacionam à precarização do trabalho, aos baixos salários e à falta de reconhecimento social dos professores, elementos historicamente agravados pelas políticas neoliberais de contenção de gastos e de redução do papel do Estado na educação pública.

Nesse contexto é importante destacar que a carência de educadores e a desvalorização da carreira docente contrastam com os direitos já assegurados na legislação brasileira. Temos em nossa Constituição Federal a Lei 11.738/08, que garante o Piso nacional do magistério, por sua vez não é garantida em todas as unidades federativas, também temos a Lei 9.394/96





de Diretrizes e Base, que garante e regulamenta a formação e valorização dos professores, prevê políticas de inclusão e qualidade.

Nesse cenário, compreender a relação entre governos neoliberais, políticas educacionais e entidades sindicais torna-se essencial para analisar os rumos da educação pública brasileira. As reformas inspiradas pelo neoliberalismo, ao priorizarem a eficiência e a competitividade, acabam por comprometer os princípios da educação como direito social e como instrumento de emancipação humana (DOURADO, 2010; FRIGOTTO, 2011). Assim, o debate sobre as políticas públicas educacionais deve considerar as implicações dessas reformas na autonomia docente, nas condições de trabalho e na própria função social da escola pública.

O presente trabalho, desenvolvido no âmbito da disciplina Políticas e Diretrizes Educacionais da Universidade Franciscana (UFN), propõe-se a refletir sobre essas relações complexas entre Estado, neoliberalismo e sindicalismo docente. A partir de uma revisão teórica e documental, busca-se evidenciar como as políticas neoliberais têm influenciado a estrutura e a gestão da educação, afetando a valorização dos profissionais e a efetivação do direito à educação pública de qualidade.

METODOLOGIA

Este estudo mostra-se como uma pesquisa teórica, cujo objetivo foi analisar criticamente as mudanças que aconteceram em políticas públicas educacionais sob a influência do neoliberalismo, bem como o que influencia nos profissionais da educação e no sindicalismo. De acordo com Severino (2018), as pesquisas teóricas têm como foco o aprofundamento de conceitos e fundamentos, buscando a compreensão crítica de fenômenos a partir de produções já existentes. Adotamos, portanto, a análise documental e a revisão de literatura como procedimentos metodológicos principais, com o intuito de compreender as transformações recentes nas políticas educacionais brasileiras.

Nossa análise consistiu em selecionar e examinar documentos oficiais, os programas governamentais em âmbito estadual e nacional e suas legislações pertinentes, com destaque no Programa Professor do Amanhã, desenvolvido pela Secretaria de Estado do Rio Grande do Sul. Além disso, foram consultados dados e relatórios disponíveis em portais institucionais, tais como o Ministério da Educação (MEC) e as Secretarias Estaduais de Educação, a fim de identificar diretrizes, metas e resultados dessas ações governamentais (GIL, 2019).





Selecionamos textos de acordo com relevância ao presente trabalho, atualidade e reconhecimento. Paralelamente, realizou-se uma revisão bibliográfica sistematizada, envolvendo produções acadêmicas atualizadas que discutem o impacto do neoliberalismo na educação brasileira, os desafios enfrentados pelo sindicalismo docente e as mudanças nas condições de trabalho dos educadores. Segundo Minayo (2021), a revisão bibliográfica sistematizada possibilita a construção de uma análise interpretativa sustentada por múltiplas vozes teóricas, ampliando o diálogo entre diferentes perspectivas de pesquisa.

A metodologia adotada, ao articular fontes documentais e referenciais teóricos, permitiu a elaboração de uma reflexão crítica consistente, conforme orienta Demo (2012), para quem a pesquisa teórica deve produzir conhecimento argumentativo e não meramente descritivo. Assim, o presente estudo busca esclarecer as implicações políticas, sociais e educacionais das reformas neoliberais e contribuir para o debate sobre o fortalecimento da educação pública e do sindicalismo docente.

REFERENCIAL TEÓRICO

O neoliberalismo, desde sua consolidação, tem promovido mudanças estruturais nas políticas públicas educacionais, pautadas na mercantilização da educação e na redução do papel do Estado. Essa linha política traz consequências diretas para a carreira docente, destacando-se a fragmentação e precarização do trabalho, além do enfraquecimento das entidades sindicais que tradicionalmente defendiam os direitos dos educadores.

No que tange à qualidade e equidade na educação, estudos recentes indicam que o neoliberalismo tende a priorizar a eficiência e competitividade sobre a justiça social, produzindo processos seletivos que reforçam desigualdades existentes, ao invés de promover efetivamente a qualidade da educação. Temos visto uma crescente nas políticas públicas impulsionadas por resultados e melhorias na aprendizagem.

Porém, políticas educacionais de cunho meritocrático, que estabelecem bonificações ou incentivos baseados em desempenho, tendem a reproduzir uma lógica de responsabilização individual, sem considerar as desigualdades estruturais que atravessam o cotidiano escolar. Ao fazê-lo, podem reforçar disparidades entre escolas e profissionais, em vez de promover condições equitativas de ensino e aprendizagem. Além disso, essas políticas educacionais contribuem para o enfraquecimento das entidades sindicais, historicamente responsáveis pela defesa dos direitos dos educadores e pela promoção de condições dignas de trabalho. Segundo





as ideias de Ahlert (2005), as políticas educacionais engendradas pelo movimento neoliberal no Brasil nas décadas de 1980 e 1990 transformaram a educação em um instrumento de adequação ao mercado.

Nesse sentido,

É necessário unir forças em toda a sociedade para fazer frente a esta ameaça mais ou menos próxima. Significa, sob a experiência de um governo democrático e popular, ampliar e aprofundar os debates para construir proposições a partir das experiências acumuladas pelos inúmeros fóruns sobre educação realizados em nível nacional, estadual e municipal em todo o país que definam políticas de educação que garantam uma escola e uma universidade, democráticas, cidadãs, públicas e universais de qualidade (AHLERT, 2005, p. 137 e 138).

O sindicalismo docente no Brasil, como exemplo trazemos o contexto do Rio Grande do Sul – lócus dessa discussão, enfrenta um cenário de desafios crescentes, marcado pela perda de força e influência frente às reformas neoliberais que buscam reduzir direitos trabalhistas e investimentos públicos. Essa realidade evidencia a tensão entre a lógica de mercado que orienta as políticas educacionais e a função histórica das entidades sindicais na promoção da valorização profissional e da educação pública de qualidade (Saviani, 2020; Freitas, 2012).

Dessa forma, observa-se que a precarização do trabalho docente não se restringe a aspectos econômicos, mas se estende às condições institucionais e sociais de atuação, impactando a autonomia pedagógica, a estabilidade e a capacidade de mobilização coletiva dos professores. Assim, políticas de incentivo baseadas em desempenho e meritocracia, sem a devida consideração das desigualdades estruturais, podem enfraquecer ainda mais o papel das organizações sindicais, ao fragmentar a atuação dos professores e direcionar o foco para resultados individuais, em detrimento da defesa coletiva de direitos e da consolidação de políticas públicas equitativas.

A relação entre neoliberalismo e sindicalismo docente evidencia um ciclo de fragilização do trabalho e de enfraquecimento da representação profissional, o que, por consequência, compromete a capacidade do sistema educacional de garantir condições adequadas de ensino e aprendizagem, consolidando uma lógica de responsabilização individual e de mercantilização da educação (Oliveira, 2004; Frigotto, 2011).

RESULTADOS E DISCUSSÃO





Nesta seção apresentamos a análise dos resultados obtidos a partir da investigação sobre os impactos do neoliberalismo nas políticas educacionais brasileiras, com ênfase nos efeitos sobre a carreira docente, a mercantilização do ensino e o papel do sindicalismo. A discussão se apoia em dados documentais e na literatura acadêmica, permitindo compreender de que forma as racionalidades neoliberais têm orientado a formulação e implementação de programas e políticas públicas, bem como seus desdobramentos sobre a valorização profissional, as condições de trabalho e a resistência sindical.

a) Neoliberalismo e políticas educacionais

A análise das políticas educacionais no Brasil, especialmente a partir das últimas décadas, evidencia a influência direta das racionalidades neoliberais na sua formulação e execução. De acordo com Harvey (2005), o neoliberalismo constitui um projeto político que visa a restaurar o poder das elites econômicas por meio da expansão dos princípios de mercado para todas as esferas da vida social. Essa lógica transforma direitos sociais como a educação em mercadorias, submetidas à gestão por resultados e à busca incessante pela eficiência.

Em consonância, Dardot e Laval (2016) afirmam que o neoliberalismo não se restringe a um modelo econômico, mas consolida-se como uma forma de governo e de subjetivação, capaz de moldar comportamentos e redefinir o papel dos sujeitos. No campo educacional, isso se traduz na adoção de políticas que privilegiam o desempenho mensurável, o estabelecimento de metas e a responsabilização individual, frequentemente em detrimento de uma formação integral, crítica e cidadã.

No contexto brasileiro, diversas políticas educacionais recentes refletem essa racionalidade ao vincular o mérito docente a indicadores de produtividade e resultados. Embora muitas vezes apresentadas como mecanismos de valorização profissional, tais políticas reforçam a lógica da competitividade e naturalizam as desigualdades estruturais existentes entre escolas e redes de ensino, ao desconsiderarem as disparidades de contexto, os recursos disponíveis e a realidade das comunidades escolares. Ademais, observa-se que a internalização desses princípios pelo próprio corpo docente e discente representa um dos efeitos mais profundos dessa governamentalidade neoliberal. A meritocracia, elevada a valor central, é frequentemente incorporada pelos indivíduos, que passam a atribuir a si mesmos a culpa por eventuais insucessos, sem considerar as determinações sociais e estruturais que impactam o processo educativo. Dessa forma, a competição e a busca por resultados





quantificáveis tornam-se normas de conduta, esvaziando paulatinamente a dimensão coletiva e emancipatória que caracteriza a educação como um direito social.

b) A atual mercantilização do ensino

No início de outubro de 2025, a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul aprovou o Projeto de Lei 347/2025, que institui o Programa de Reconhecimento da Educação Gaúcha. Esse programa tem como objetivo conceder bonificações a professores, gestores e estudantes que atinjam metas de desempenho e frequência escolar, principalmente vinculadas ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) e ao Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado (Saers).

O projeto é baseado em uma lógica meritocrática, oferecendo premiações financeiras proporcionais ao cumprimento das metas anuais estabelecidas para cada escola e turma. Para os profissionais da educação, a bonificação pode chegar até um 14º salário proporcional, vinculado ao desempenho da unidade escolar, para a equipe diretiva das escolas são oferecidas bonificações proporcionais às categorias das unidades escolares. Já para os estudantes, há premiações em dinheiro destinadas aos primeiros colocados nas avaliações, além de sorteios que buscam incentivar a participação de todos.

Esse modelo de mercantilização do ensino pode ser percebido como distante do verdadeiro sentido de ensinar e gerir a educação pública. Ao premiar apenas uma parcela da categoria, especialmente diante da sobrecarga de trabalho existente, evidencia-se a influência crescente de uma lógica de mercado nas escolas. A gestão escolar passa a priorizar metas e indicadores, aproximando-se de um modelo mais empresarial, no qual a análise de índices assume maior destaque do que a própria prática pedagógica e o processo de escolarização dos alunos.

Apesar de o governo defender a iniciativa como um estímulo à qualificação do ensino e à valorização dos educadores e alunos, o projeto recebeu críticas da oposição e de entidades sindicais. Os críticos apontam que a meritocracia pode ser injusta e perversamente seletiva, pois não considera as desigualdades estruturais que afetam o desempenho dos alunos em diferentes realidades. Assim, há o risco de agravar disparidades ao premiar aqueles que já têm melhores condições, enquanto negligencia quem enfrenta maiores dificuldades.

O programa revela a fragilidade do formato atual de ensino no estado, uma vez que o Rio Grande do Sul, historicamente uma das referências em educação no país, passa por mudanças que podem comprometer sua qualidade e equidade, marcadas pela lógica do mérito





individual acima das condições sociais. Esse debate reforça a tensão entre as políticas públicas educacionais orientadas pelo neoliberalismo e as demandas por democratização e valorização da educação pública no estado.

c) **Impactos sobre a valorização docente**

Os efeitos dessa racionalidade sobre o trabalho e a identidade docente são amplamente reconhecidos na literatura crítica. A meritocracia e a busca por eficiência, conforme argumenta Harvey (2008), resultam na precarização do trabalho e na intensificação das cobranças individuais, ao mesmo tempo em que ocultam a ausência de investimentos públicos adequados.

No caso brasileiro, observa-se que as políticas educacionais baseadas em resultados fragmentam a carreira docente, ampliam a contratação temporária e desvalorizam o compromisso coletivo com a escola pública. A lógica da bonificação e da avaliação por desempenho desloca para o professor a responsabilidade pelos problemas estruturais da educação, enquanto o Estado se exime de garantir condições materiais, pedagógicas e salariais adequadas.

Essa dinâmica afeta diretamente o reconhecimento social da profissão, reduzindo o professor a um executor de metas, em vez de agente de transformação. Tal cenário compromete o sentido público da educação e dificulta a construção de um projeto pedagógico comprometido com a equidade e a justiça social.

d) **Sindicalismo e resistência no contexto neoliberal**

Atualmente as entidades sindicais como um todo vem perdendo sua significância dentro da sociedade, logo suas reivindicações e indagações aos governantes não atingem sua relevância como era nas décadas de 80 e 90.

No campo sindical, os resultados apontam para um processo de enfraquecimento das organizações representativas da categoria docente, fenômeno amplamente associado ao avanço das políticas neoliberais. Como destacam Dardot e Laval (2016), a lógica neoliberal tende a desarticular os coletivos, substituindo a solidariedade por uma cultura de competição e individualismo.

No Brasil, esse processo se manifesta na dificuldade dos sindicatos em mobilizar a categoria diante das políticas de austeridade, das reformas trabalhistas e da crescente precarização das relações de trabalho. A fragmentação das carreiras, a instabilidade contratual





e a descontinuidade de políticas de valorização reduzem a capacidade de resistência coletiva e fragilizam o diálogo com o poder público.

A lógica empresarial que pautou essas reformas educacionais afetou a subjetividade dos trabalhadores que, diante desse processo de proletarianização da categoria, incidiu de forma negativa em relação à organização e atuação do sindicato (BOMBARDA, 2024, p. 7).

Entretanto, também emergem experiências de resistência e rearticulação sindical que buscam reverter esse quadro. Movimentos docentes têm reivindicado a retomada de uma agenda pública de valorização profissional, formação continuada e defesa da educação pública como direito social. Essas iniciativas demonstram que, mesmo diante do avanço neoliberal, persistem formas de luta que reafirmam o caráter político e emancipatório da docência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As transformações recentes nas políticas públicas educacionais, orientadas pelo neoliberalismo, têm ampliado os desafios enfrentados pelos profissionais da educação no Rio Grande do Sul, sobretudo no que diz respeito à estabilidade e valorização docente. A precarização do trabalho e a fragilização dos sindicatos impactam diretamente na qualidade da educação pública e nas condições dos educadores.

Este estudo reforça a importância de fortalecer o sindicalismo docente e promover políticas públicas que valorizem a educação pública como direito social fundamental. São necessárias novas investigações e intervenções políticas que revertam as tendências atuais, assegurando equidade, inclusão e qualidade no ensino.

Além disso, é fundamental considerar que a valorização da carreira docente não se limita a aspectos salariais, mas envolve também a garantia de condições de trabalho adequadas, formação continuada, autonomia pedagógica e participação efetiva nos processos decisórios das escolas. A ausência desses elementos contribui para a desmotivação e o adoecimento profissional, reforçando a desigualdade educacional e prejudicando o desenvolvimento integral dos estudantes.

AGRADECIMENTOS

À Universidade Franciscana – UFN.

Ao Programa Professor do Amanhã, do Estado do Rio Grande do Sul.

Ao Curso de Matemática da Universidade Franciscana – UFN.





REFERÊNCIAS

AHLERT, Alvor. O neoliberalismo e as políticas educacionais no Brasil nas décadas de 1980 e 1990. Horizonte, Belo Horizonte, v. 4, n. 7, p. 125-140, dez. 2005.

ANDES – Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior. Programa Mais Professores para o Brasil é uma maquiagem e não valoriza a profissão. 2025. Disponível em: <https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/programa-mais-professores-para-o-brasil-e-uma-maquiagem-e-nao-valoriza-a-profissao1> . Acesso em: 16 out. 2025.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL. Projeto de Lei 347/2025 – Programa de Reconhecimento da Educação Gaúcha. Porto Alegre: ALRS, 2025. Disponível em: <https://www.estado.rs.gov.br/programa-de-reconhecimento-da-educacao-gaucha-e-aprovado-pela-assembleia-legislativa> . Acesso em: 14 out. 2025.

BOMBARDA, Luciana. Reformas neoliberais e seus impactos no sindicalismo docente. 2024. Trabalho acadêmico (graduação ou pós-graduação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2024. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstreams/382133c4-44b4-486b-ba72-c8703aa46619/download> . Acesso em: 16 out. 2025.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008. Institui o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 jul. 2008.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.





DEMO, Pedro. Metodologia do conhecimento científico. São Paulo: Atlas, 2012.

DOURADO, Luiz Fernandes. Políticas e gestão da educação básica no Brasil: limites e perspectivas. Educação & Sociedade, Campinas, v. 31, n. 113, p. 975–993, 2010.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

FREITAS, Luiz Carlos de. A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias. Educação & Sociedade, Campinas, v. 33, n. 119, p. 379–404, 2012.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

HARVEY, David. A brief history of neoliberalism. Oxford: Oxford University Press, 2005.

HARVEY, David. O neoliberalismo: história e implicações. São Paulo: Loyola, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 15. ed. São Paulo: Hucitec, 2021.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. Educação & Sociedade, Campinas, v. 25, n. 89, p. 1127–1144, 2004.

SAVIANI, Dermeval. História das ideias pedagógicas no Brasil. 5. ed. Campinas: Autores Associados, 2020.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 25. ed. São Paulo: Cortez, 2018.

